



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 171

AÇAÍ RECONQUISTA MULHERES AMAZÔNIDAS

**Dr. Ligia T. L. Simonian
M. Sc. Jucirene M. Nascimento**

Belém, Junho de 2004

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Alex Bolonha Fiúza de Mello

Vice-reitor

Marlene Rodrigues Freitas

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Luis Eduardo Aragon Vaca

Diretor Adjunto

Marilia Emmi

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Francisco de Assis Costa

Indio Campos

Maurilio Monteiro

Luis Aragon

Marilia Emmi

Setor de Editoração

E-mail: editora_nea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_nea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 171

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

ÇAÍ RECONQUISTA MULHERES AMAZÔNIDAS

Dr. Ligia T. L. Simonian¹

M. Sc. Jucirene M. Nascimento²

Resumo:

Analisa-se o processo de inserção de mulheres paraenses na produção e venda de suco de açaí, em Belém do Pará, a partir de 1995, quando começou esse fenômeno. Só na Feira do Açaí, na área do Ver-O-Peso, constatou-se em torno de 70 mulheres comprando a matéria-prima (frutos) de madrugada, número que é bem maior devido ao fato de que muitas outras produtoras não se dirigem pessoalmente para essa grande feira, mas enviam outras pessoas em seu lugar. Num *survey* realizado em maio de 2002, entrevistou-se 13 mulheres, de forma que os resultados revelaram que mulheres maduras, com média de idade de 42,5 anos, estão, a passos largos, assumindo o comando da família. São 58,3% que, sozinhas, dirigem a família e 41,7% que declararam ajudar os maridos a complementar a renda familiar. Em geral, elas moram em bairros e localidades pobres (Guamá, Bengui, Canudos, Marambaia, Sacramento, Outeiro, Ananindeua, Marituba e Mosqueiro) e possuem família de tamanho médio (4,5 pessoas). Ainda, mais reveladores foram os dados sobre a origem do “capital inicial”, empregado na atividade do açaí. Nesse ponto predominaram duas respostas: indenização do emprego assalariado anterior e através do salário do marido. Porém, quando interrogadas dos motivos que as levaram a trabalhar com suco de açaí, as respostas deixaram a desejar. Apenas duas delas apresentavam um conteúdo objetivo e plausível: “porque é rentável”; “porque o ganho é bom”. Esta lacuna transformou-se em objeto principal de investigação e análise, sobre o qual foram realizadas entrevistas mais detalhadas. Os resultados mudaram os primeiros dados, principalmente, quanto à origem do capital e o papel dessas mulheres na família.

Palavras-chave: Açaí. Mulheres. Família. Alimentos. Produção. Mercadoria. Amazônia.

¹ É professora e pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, da Universidade Federal do Pará – UFPA, doutora em Antropologia e pós-doutora pela Universidade da Cidade de Nova Iorque – CUNY; dentre outros, tem trabalhos publicados sobre recursos naturais, sustentabilidade, políticas públicas, mulheres e relações de gênero, dentre outras problemáticas.

² É economista e M. Sc. em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES/NAEA-UFPA); é Pesquisadora associada do NAEA; tem trabalhos publicados sobre frutos extrativos regionais, principalmente sobre o açaí (o fruto do açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.)).

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, discutem-se as experiências recentes das mulheres inseridas na produção de suco de açaí, na região metropolitana de Belém, no estado do Pará. O tema em estudo resultou de observações convergentes realizadas pelas autoras em pesquisas distintas e recentes, isto é, a crescente inserção de mulheres amazônidas no sistema produtivo, tanto no meio rural (Simonian, 2001a) como no setor urbano (Nascimento, 2001). Portanto, a questão em análise é o trabalho de mulheres na economia informal do açaí. Esse trabalho, como atividade produtiva – ao se constituir de inúmeras forças individuais de trabalho, espalhadas por todos os bairros –, realiza-se dentro de um processo técnico de trabalho – e também social –, do qual resulta na produção de um valor-de-troca,³ que deve remunerar a trabalhadora com uma determinada renda. Isto evidencia sua inserção no setor produtivo, não como assalariada, mas como empreendedora, organizadora de uma atividade produtiva individual, que lhe assegura a geração da própria renda.

O tema e o problema em análise insere-se na teoria da produção de mercadorias, que ao incluir a teoria da renda, deve descortinar os efeitos dos preços das mercadorias e do salário – ou da renda – sobre a vida dessas trabalhadoras e seu comportamento social e familiar. A teoria da produção de mercadorias permite que se compare o ganho com o salário que receberia o trabalhador se seu trabalho fosse vendido por salário. Também, permite a comparação do ganho monetário com o salário real, isto é, a capacidade que essa renda tem de comprar outras mercadorias necessárias à sua subsistência.

Não é de se supor, como é de praxe nos meios acadêmicos nacionais, que os mais elementares conceitos da ciência econômica sejam conhecidos por todas as pessoas e que, por isso, devamos usar-lhe os nomes e sonegar o seu conteúdo, como se a produção circulasse só entre os intelectuais da mesma área de conhecimento. Mesmo porque um conceito pode ser usado num sentido, por uns, e noutro completamente diferente – e até divergente – por outros. De fato, esses elementos são imprescindíveis, tanto para o intelectual – que tenta explicar a sociedade em que vivemos –, quanto para o cidadão comum, que apenas pretende orientar, de forma mais segura, sua vida pessoal e profissional, seu trabalho e suas finanças.

Os conceitos que serão em breve tratados permitem dar conta teórica e metodológica de um problema que interroga das razões que levam as mulheres a optarem por uma atividade produtiva sem padrão e que se aloja no mercado informal. Uma atividade produtiva que produz mercadoria. Ao produzir um produto voltado ao mercado, insere-se e está sujeita às mesmas leis econômicas que presidem a produção de mercadorias. No mercado, as mercadorias, praticamente, apagam suas origens, se oriundas de fábricas ou de uma simples baiúca ou fabriqueta. As leis, no mercado, são as mesmas para todas as mercadorias. Daí já se ter observado, como em Nascimento (1983), que a sociedade produtora de mercadorias suporta a unidade da diversidade.

Correlacionado ao problema, propõe-se como objetivos: (1) descobrir e explicar as causas objetivas, que vêm induzindo as mulheres a organizar a atividade econômica do açaí, ou melhor, a

³ Suco de açaí destinado à venda.

criar, para si próprias, uma ocupação produtiva dentro da economia informal em detrimento de outra formal de caráter assalariado; (2) correlacionar as causas; (3) situar esse fenômeno dentro do processo de produção de mercadorias; (4) verificar em que medida a renda gerada na atividade do açaí, para o mercado local, garante a sobrevivência de uma família de tamanho médio; (5) esboçar uma explicação panorâmica do assunto.

O problema será examinado através de uma metodologia apropriada à elaboração de um trabalho, que como este, se realiza em curtíssimo prazo. Ou seja, parte-se de uma hipótese geral: a de que o comportamento empreendedor da mulher, na atividade econômica do açaí, resulta da desagregação da família tradicional que, por sua vez, decorre dos baixos salários incapazes de atender à reprodução da família. E ao desagregar a família, a mulher é deixada a responsabilidade de criar os filhos e suprir seu próprio sustento, o que a leva a procurar uma atividade que a remunere acima do salário mínimo da sociedade formal. Essa atividade foi desmembrada em hipóteses operacionais, ou melhor, desdobrando-a em partes e, através destas, estruturou-se o roteiro de entrevistas.

O material ora analisado foi produzido a partir de um *survey*. Nesse sentido, o entendimento de Oliveira (1996), ao propor que se olhe, escute e escreva foi fundamental, mas também o foi a realização de entrevistas semi-estruturadas. As evidências produzidas a partir dessa última estratégia foram sistematizadas na forma de tabelas sob o princípio dos dados médios, enquanto o material qualitativo foi organizado na forma de semelhanças e diferenças discursivas. Um cuidado especial foi tomado em relação a essas médias. Como se sabia que as médias são influenciadas pelos extremos, preferiu-se optar pelo recurso de isolar os casos atípicos ao grupo. Isso ocorreu em relação às quantidades produzidas por uma das “maquineiras” e em relação ao salário de um dos ex-maridos. E, a partir dos ensinamentos de Edwards (1997), ainda que parcialmente, documentou-se fotograficamente a inserção das mulheres nesse processo produtivo, em especial no âmbito da comercialização. Assim, as fotos incluídas neste trabalho, mostram momentos da escolha, do teste da consistência e da prova do açaí a ser adquirido no Porto do Açaí.

A seguir, tem-se uma discussão sobre a crescente participação das mulheres no contexto da produção de açaí, notadamente na área metropolitana de Belém, estado do Pará, o que inclui concepções clássicas. Após, tem-se descrições e análises acerca desse envolvimento com atividades produtivas, o que é permeado pelos resultados das entrevistas e por imagens feitas no Porto do Açaí, em Belém. Em síntese, esse *paper* revela a importância do trabalho autônomo, embora algumas trabalhem contando com outros recursos familiares, e da renda auferida, nesse caso, muito mais expressiva que a possibilidade de ganhar o salário mínimo a partir de contrato de trabalho e assalariamento.

2 O CRESCENTE ENVOLVIMENTO DAS MULHERES NA PRODUÇÃO DE SUCO DE AÇAÍ: ABORDAGENS TEÓRICAS

Vive-se numa sociedade produtora de mercadorias. Nela, cada produtor individual e privado produz, hipoteticamente, o que quer, como quer e quanto quer. Cada produtor desconhece, por um lado, a qualidade dos produtos procurados e, por outro, a quantidade exigida pela demanda efetiva

também permanece para ele uma grandeza ignorada. Assim, ora se produz para além da demanda efetiva, ora abaixo dela. Em raríssimos e fortuitos casos a oferta se equipara à demanda. Até aqui, praticamente, todos os economistas estão de acordo.

Samuelson (1983, p. 214) chega até a sair de suas matemáticas para dizer: “[...] nenhum indivíduo ou organismo se preocupa, conscientemente, com o terceto de problemas econômicos”, acrescentando que “não se produz o caos e a anarquia, a não ser que exista uma certa ordem [...]. O sistema atua e funciona, resolve, sem ter inteligência, um dos problemas mais complexos [...]. Ninguém o projetou, desenvolve-se espontaneamente”. No entanto, nesse ponto esse mesmo autor omite o fator regulador, como se verá oportunamente.

No mesmo sentido, e antecedendo a todos, Adam Smith, em 1776, apontou a existência de “certa mão invisível” que punha ordem ao sistema econômico como um todo. Segundo Smith (1950), cada empresário atua na vida econômica movido pelo interesse particular de obter lucros, mas a “mão invisível” levaria a resolver o problema de consumo para todos. “O que produzir” estava dado pelos consumidores ao criar a procura do produto e que as empresas produziram sempre aqueles bens e serviços requeridos pela sociedade. Isto ocorre na sociedade de regime privado?

Há de se observar que, no regime de empresas privadas, a procura de bens e serviços se traduz em demanda efetiva, isto é, aquela que possui uma quantidade de dinheiro para adquirir esses bens e não as pessoas que deles necessitam. E nem sempre os tipos de bens produzidos correspondem às necessidades. Marx (1978), neste particular, ajuda numa objeção a Smith. Assim diz ele:

O algodão, as batatas e a aguardente são objetos de uso comum [...] o algodão afastou em grande parte o linho e a lã [...]; a aguardente, por fim, suplantou a cerveja e o vinho, apesar de a aguardente empregada como substância alimentar ser geralmente reconhecida como um veneno [...] Porquê, então, são o algodão, a batata e a aguardente os apoios da sociedade burguesa? Porque, para os produzir, é preciso menos trabalho, sendo, por conseqüência, de mais baixo preço. Por que razão o mínimo de preços decide do máximo de consumo? Seria, por acaso, por causa da utilidade absoluta desses objetos [...]? Não, é porque numa sociedade baseada na miséria [refere-se ao baixo poder de compra dos trabalhadores] os produtos mais miseráveis têm a prerrogativa fatal de servir para o uso de maior número (Marx, 1978, p. 66-67).

Nesse trecho, o autor argumenta, convincentemente, que o uso dos produtos é determinado pelas condições sociais nas quais se encontram colocados os consumidores e essas próprias condições repousam no antagonismo das classes.

Precisamente, isso quer dizer que, na sociedade em que vivemos, o regime do trabalho assalariado transforma o esforço humano – o trabalho – numa mercadoria como outra qualquer, isto é, trocada por dinheiro. Portanto, rebaixa a condição humana ao papel de uma coisa, um chapéu, um

sapato, por exemplo; e que, por outro lado, supõe que os meios de produção⁴ devam ter um dono particular – isto é, estejam sujeitos ao regime de propriedade privada – já que esta seria a forma de garantir que todos os meios de produção, legados pelas gerações anteriores, fossem postos a serviço da produção de lucros, lucros e mais lucros para quem os detém. Aliás, são essas “condições” que determinam o “como produzir” e o “como distribuir” e, neste sentido, Marx se distancia de Smith e dos demais clássicos. Mas, para Marx, essa determinação não é direta, é mediada pelo mercado, já que os produtores são privados, mas a produção é social. Veja, por exemplo, você mesmo. Suas roupas, sapatos, alimentos que comeu hoje, os livros que possui, foram produzidos por você? Provavelmente não. O fato das decisões econômicas serem privadas, gera, como vimos, ora excesso de oferta, ora escassez em relação à demanda e, frisando mais uma vez, demanda efetiva.

Esse descompasso do regime de produção de mercadorias, sob iniciativa privada, esses contínuos desvios entre quantidades ofertadas e quantidades procuradas ou, o que é o mesmo, entre disponibilidade e solicitação, se resolve espontaneamente pela concorrência que funda, diz Marx e Engels (1978, p. 21), “[...] a única ordem e a única organização possíveis da produção social. É apenas pela concorrência, isto é, pela diminuição ou aumento dos preços dos produtos no mercado, que os produtores isolados aprendem, à sua custa, de que produtos e em que quantidade a sociedade necessita”. Assim, Marx e Engels, ao contrário de Samuelson e Smith, revela a famosa “mão invisível” – a concorrência. Porém, segundo Marx e Engels (s. d.), não só a concorrência entre produtores, mas entre consumidores e entre ambos.

O sistema privado está baseado na concorrência entre empresas e todas as decisões são tomadas através do mercado e dos preços, expressos nas flutuações da oferta e da procura. Daí, o problema de “como produzir” ficaria determinado pela concorrência entre os fabricantes, em cima do lema: produzir o mais barato possível, com o objetivo de expulsar o concorrente e, se possível, se apropriar sozinho do mercado. E, para não entrar em longas deduções, o “como distribuir” os produtos resultantes do trabalho é determinado pela demanda efetiva, ou seja, “a quem tenha dinheiro” para comprá-los. Desse modo, cada um se apropria da quantidade de produtos que suas condições pessoais lhe permitem adquirir.

Note-se, neste ponto, que a concorrência em que um capitalista tenta eliminar o outro, tem por motor propulsor o uso de máquinas cada vez mais poderosas. A introdução delas multiplica o volume de produção, no entanto, dispensa mão-de-obra em massa. Como essa mão de obra perde o emprego, em conseqüência, ela deixa de ter salário, perdendo assim a sua condição de demanda efetiva. Este pode estar sendo o caso de milhares de engenheiros, mecânicos, eletricitas, metalúrgicos, empreiteiros, maquinistas, aviadores, administradores, etc. Um outro fenômeno é o achatamento dos salários, já que estes entram diretamente nos custos dos capitalistas e, portanto, influenciam no preço final de seus produtos que irão concorrer no mercado.

Mas, se o mercado é a esfera da concorrência e dos preços, como estes se determinam? A tese de que o valor dos bens – seu preço natural, diz Smith – é determinado pela quantidade de trabalho, é o que dá coesão à chamada Escola Clássica. Ricardo (1982, p. 44) diz que Smith “[...] definiu com

⁴ Precisamente, as matérias-primas, instrumentos de trabalho, prédios, etc.

muita precisão a fonte original do valor de troca”. Mas reprova a atitude vacilante de Smith ao afirmar que “[...] ele se refere algumas vezes ao trigo, outras ao trabalho” (Ricardo, 1982, p. 45). Ainda, reprova o fato de Smith ter admitido, sem reservas, o princípio de que a quantidade de trabalho determina o valor de uma mercadoria, mas restringe-lhe a aplicação ao estado primitivo da sociedade que precede a acumulação de capitais e a propriedade das terras.

Os economistas clássicos são claros quanto à determinação do valor-de-troca ou dos preços. Não é a oferta e a procura que os determina. Ricardo vai mais longe: “Não é a utilidade a medida do valor-de-troca, embora lhe seja absolutamente essencial” (Ricardo, 1982, p. 43). As coisas, diz este autor (Ricardo, 1982, p. 43), uma vez que são reconhecidas úteis por si próprias, retiram o “[...] seu valor-de-troca de duas fontes: da sua escassez (ou raridade) [...] e da quantidade de trabalho necessário”.

O problema da escassez já gerou debates acalorados entre os economistas antes e durante o século XIX. Muitos economistas socialistas, como Dühring, Proudhon, Rodbertus e Lorde Lauerdale, tentaram explicar o valor-de-troca ou o seu preço pela escassez e abundância, isto é, segundo a lei da oferta e da procura. Atualmente, o velho erro é ainda remastigado por muitos economistas. Sobre a questão, Ricardo remete a Lorde Lauerdale (1982, p. 58):

Mas quanto às mercadorias que estão sujeitas à concorrência entre os vendedores [...] o seu valor-de-troca ou o seu preço depende, em definitivo, não da situação da demanda e da oferta, mas do aumento ou redução do seu custo de produção.

Engels torna ainda mais clara essa questão, quando mostra a Proudhon e a todos os economistas socialistas utópicos que a escassez e a abundância são palavras que só têm sentido econômico quando em relação à procura, que representa as necessidades.

A supor um produto mais que raro, único no seu gênero, este único produto será mais que abundante, será supérfluo, se não for procurado. Ao contrário, suponhamos um produto aos milhões, será sempre um produto raro se não satisfizer a procura (Engels, *apud* Marx, 1978). Em resumo, não é a utilidade dos bens procurados, nem o jogo entre oferta e procura que determina o valor ou preço das mercadorias. Esta lei apenas indica aos produtores privados, através da alta ou da baixa de preços que há produtos a menos ou a mais em relação às necessidades representadas pela procura efetiva. Assim sendo, o que significa alta ou queda de preços, preço elevado e preço baixo? Um preço será alto ou baixo, mas sempre em relação ao custo de produção. Dizem Ricardo, Marx, Engels e qualquer empresário, que se venha inquirir. Portanto, do mesmo modo que abundância ou escassez só têm sentido se relacionadas à procura, também as flutuações de preços só encontram sua significação se comparadas aos seus custos de produção.

Esta determinação do preço pelo custo de produção não deve ser entendida, diz Marx, com o sentido que os economistas lhe dão. Dizem eles que o preço médio das mercadorias é igual ao custo de produção e que isto é uma lei. E consideram como produto do acaso as oscilações dos preços – pela

qual a alta é compensada pela baixa e vice-versa. Ao contrário, Ricardo, Marx e Engels vêem nessas flutuações uma lei econômica da mais alta importância. Marx e Engels (s. d.) chegam a dizer que são precisamente elas que observadas mais de perto, provocam as mais terríveis devastações ou “crises” na sociedade burguesa, assim como a mobilidade de capitais entre os ramos econômicos e que são exclusivamente elas que, em seu curso, determinam o preço pelo custo de produção.

O valor, diz Ricardo, é determinado pelo custo de produção e este pela quantidade de trabalho necessária para produzir o bem. Marx e Engels, resguardando-se dessa generalidade escorregadia de Ricardo, especificaram o conceito de valor. Precisamente, o valor de uma mercadoria é determinado, de acordo com Marx (1975, p. 45-46), pelo:

[...] tempo de trabalho em média necessário ou socialmente necessário para a produção de uma mercadoria. TTMN é o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor-de-uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais, existentes, e com o grau social médio de destreza e intensidade de trabalho.

Marx refere-se a trabalho médio, do ponto de vista da sociedade inteira. Isso significa dizer que, o valor real de uma mercadoria não é dado nem pelos produtores que detêm os melhores instrumentos de produção, nem por aqueles tecnicamente defasados⁵. Mas por todos os que produzem o mesmo tipo de produto, ou melhor, como uma mercadoria é produzida por vários produtores,⁶ o valor primário é encontrado tendo por elementos: a quantidade de produtores que produzem o mesmo produto, pelo rendimento individual deles e pela quantidade de mercadorias que juntos lançam no mercado.

A ler-se atentamente o conceito de valor, em Marx, percebe-se que para ele não basta ter trabalho médio dos produtores incorporado no produto para ter valor. Tem de ser trabalho socialmente necessário, isto é, atender às necessidades representadas pela procura, na sua exata medida. Daí porque havendo oscilações entre a oferta e a procura, a concorrência deprecia⁷ ou eleva os preços acima do valor médio⁸. Encontra-se concordância em Sismondi (*apud* Marx, 1978, p. 69), ao dizer que: “O valor mercantil é sempre fixado, em última análise, pela quantidade de trabalho necessária [...] e esta quantidade de trabalho necessária, embora seja difícil de apreciar, é sempre estabelecida com fidelidade pela concorrência”.

Assim, o TTMN ou TTSN constitui o valor e são a base dos custos de produção. Eis o que dizem Marx e Engels (s. d., p. 67):

A determinação do preço pelo custo de produção é idêntica à determinação do preço pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção de uma mercadoria, pois o custo de produção se compõe de, 1º) de matérias-primas e

⁵ Apesar de que, no mercado, essas diferenças vão se traduzir em vantagens para uns e desvantagens para outros.

⁶ Ou seja, que diferem em habilidade, intensidade do trabalho e em qualidade dos meios e condições de produção.

⁷ Poda o valor.

⁸ Encoraja maior produção.

do desgaste das ferramentas, isto é, de produtos industriais, cuja produção custou um certo número de jornadas de trabalho, representando, conseqüentemente, uma determinada quantidade de tempo de trabalho; 2º) de trabalho imediato, cuja medida é precisamente o tempo.

Eis aí o fio condutor teórico para se determinar o preço de qualquer mercadoria, inclusive da mercadoria força-de-trabalho. Seu preço de venda chama-se salário. Daí o uso do termo força-de-trabalho assalariada. No mercado, os operários trocam a sua mercadoria⁹ pela mercadoria do capitalista¹⁰. Essa troca é realizada segundo uma proporção: tanto de dinheiro por tantas horas de trabalho diário. Ao que parece, dizem Marx e Engels ([s. d.], o patrão compra-lhes o trabalho por dinheiro. E acrescenta: mas isso só ocorre na aparência. O dinheiro que recebem não representa todas as mercadorias que o operário pode comprar? Recebendo, por exemplo, R\$ 10,00 como diária, o patrão fornece-lhe tanto de carne, tanto de feijão, tanto de luz, tanto de transporte, etc, em troca de seu dia de trabalho.

É a isso que Ricardo chama de valor relativo, isto é, o valor de uma mercadoria expresso por uma certa quantidade de uma outra mercadoria¹¹. Marx e Engels (s. d.) usam este conceito, principalmente, quando fazem a distinção entre salário nominal e real. O salário nominal é a simples soma de dinheiro recebida em troca das horas de trabalho e o salário real é idêntico ao valor relativo. E vão mais longe ainda referindo-se ao salário relativo proporcional, que decorre da comparação entre o ganho do capitalista e o salário do operário.

No regime capitalista, a base de cálculo das indústrias para o custo de produção da força-de-trabalho do operário é o trabalho simples médio não qualificado, cujo salário se limita quase que unicamente às mercadorias indispensáveis à manutenção de sua vida. A respeito, Marx (1975, v. 1, p. 51) foi categórico:

Trabalho humano mede-se pelo da força-de-trabalho simples, a qual, em média, todo homem comum, sem educação especial, possui em seu organismo. O trabalho simples médio muda de caráter com os países e estágios da civilização, mas é dado numa determinada sociedade.

No Brasil, esse trabalho simples, não qualificado, é representado pelo salário mínimo, que corresponde a oito horas de trabalho diário e 44 horas semanais. A partir de maio de 2002 tem valor mensal de R\$ 200,00,¹² que se destinam ao transporte e à aquisição de uma “cesta básica” de

⁹ A força-de-trabalho.

¹⁰ O dinheiro.

¹¹ Dinheiro ou não.

¹² A partir de maio de 2003, o salário mínimo passou a R\$ 230,00 e desde maio de 2004, o mesmo se encontra fixado em R\$ 260,00.

alimentos, calculada para o consumo de uma pessoa e não para uma família¹³. Além do mais, ele representa a base de cálculo de todos os salários em âmbito nacional. Já o salário de trabalhadores qualificados é mensurado em certas quantidades de salário mínimo, 10, 15, e assim por diante. Portanto, é a base e o referencial de salários e rendas.

3 INSERÇÃO DE MULHERES NA ATIVIDADE ECONÔMICA DO AÇAÍ

Em trabalho recente (2001), Nascimento identificou um novo e duplo fenômeno na atividade econômica do açaí, no estado do Pará. Primeiro, tem-se formação de uma nova classe de produtores¹⁴ – de polpa de açaí e derivados, destinados à exportação – que inclui 19% de mulheres empresárias. Segundo, há um crescente retorno de mulheres às atividades produtivas de suco de açaí para o mercado local.

Precisamente, ao reconstituir as etapas da história econômica do açaí, Nascimento (2001, p. 15) explica esse retorno, nestes termos:

Até a década de [19]50, predominavam as chamadas “amassadeiras”, isto é, a produção regional de açaí (suco) era uma atividade realizada por mulheres e não havia máquinas elétricas para o despulpamento. Usavam a peneira de palha, o alguidar de barro e as próprias mãos – como sói acontecer hoje com as mulheres ribeirinhas do interior do Estado. O resultado era uma bebida deliciosa, sem gosto adstringente. Após essa época [2ª etapa], surgiram as máquinas elétricas para despolar os frutos e a atividade passou a ser exercida pelo sexo masculino, nascendo daí a figura dos “maquineiros de açaí” ou fabricantes locais de açaí. Não só houve substituição de gênero, como também o sabor da bebida foi alterado, em virtude do excesso de batida dos caroços – uma decorrência da pouca familiaridade dos homens com a atividade e com a máquina.

A terceira e última etapa [a atual] – apesar de ter sua gênese no início da década de [19]80, com a formação de empresas de polpa de açaí e derivados para a exportação –, só começa a existir, enquanto setor, em meados dos anos [19]90, trazendo a reboque uma novidade: foi iniciada por uma mulher (na década de [19]80) e conta, hoje, com 4 [quatro] mulheres empresárias entre um grupo de 21 exportadores, representando 19% do empresariado de polpa e derivados de açaí para exportação.

O estudo iniciado em 2000 e concluído em 2001, atrelava-se às atividades empresariais de exportação. Como, porém, parte dos dados sobre preços, fluxos da matéria-prima e outros tiveram que ser obtidos

¹³ Note-se que é bem diferente o que dispõe a Constituição brasileira (Brasil. Constituição, 1988) acerca dos critérios socioeconômicos para a definição do salário mínimo.

¹⁴ Classe empresarial.

na Feira do Açaí. Não passou despercebido à essa autora, o fato de que um número significativo de mulheres estarem dedicando-se à compra, como se vê na Figura 1, de frutos e produzindo suco de açaí para o mercado local, marcando regresso a um papel que coube às mulheres, desde os primórdios dessa atividade.



Figura 1: Mulheres examinando, verificando a textura e provando açaí na Feira do Açaí, em Belém, rituais que cumprem antes de cada aquisição. Foto: Simonian, 2002.

Esse retorno tem ponto de partida em 1995, tornando-se intenso de 2000 para cá. Todavia, nesse novo período de inclusão das mulheres, elas não mais se defrontam com o alguidar e a peneira. Interpõe-se, entre ela e o seu trabalho, a máquina despulpadora. E não só a máquina, mas o “capital” inicial necessário ao investimento, isto é, à aquisição da própria máquina, dos equipamentos, dos utensílios e da própria matéria-prima. Assim, eram inevitáveis estas perguntas: como conseguiram o “capital” inicial? Quem são e o que faziam, antes, essas mulheres, ou seja, que atividades executavam antes de tornarem-se “maquineiras”? Por que optaram pelo trabalho autônomo, sem patrão, e escolheram uma atividade atrelada ao mercado informal? Eis as questões que, neste artigo, se pretende discutir.

4 ATIVIDADES ANTERIORES E “CAPITAL INICIAL”

O recurso para dispor de algum dinheiro inicial e abrir seu próprio negócio, tem sido, tanto para as mulheres casadas¹⁵ como para as solteiras a permanência,¹⁶ por algum tempo, em casa de família, a briga com patrões, a recorrência à Justiça do Trabalho e o ganho de indenizações. Isto é aplicável para 50% das casadas e 60% das solteiras, sendo que, neste caso, a estratégia inclui ainda, indenizações como operárias de fábricas. Nos restantes 50%, para as casadas, a aquisição de máquinas e utensílios, próprios à produção de açaí, tem por origem, segundo revelaram, doações de parentes próximos, como mãe, filhos casados ou cunhados. Quanto às solteiras, dos restantes 40%, 20% conseguiram excedente monetário com esforço próprio, através da venda de produtos diversos, geralmente alimentos; enquanto 20% foram ajudadas por alguém da família. Estes dados aparecem na Tabela 1, a seguir:

TABELA 1: Origem dos recursos investidos na atividade de produção de suco de açaí

Especificação	Casadas	Solteiras	Observação
Indenizações	50%	60%	C. Família/Fábricas
Doações	50%	20%	Parentes
Trab. sem patrão	-	20%	Vendas

Fonte: Entrevistas, julho de 2002.

Em nenhum dos casos pesquisados, constatou-se, portanto, aquela afirmação do *survey* de que o “capital” inicial teria tido origem no salário dos maridos. Aliás, as mulheres casadas não trabalham para “ajudar o marido a complementar a renda familiar”, como alegaram inicialmente, mas sustentam os maridos, isto é, 50% deles simplesmente não trabalham; 25% deles, só sazonalmente, geram renda como biscoiteiros; e 25% trabalham e ajudam as mulheres. Portanto, 75% dos maridos vivem às custas de suas mulheres.

5 A ATIVIDADE DO AÇAÍ: TRABALHO E RENDA

A produção de suco de açaí é uma atividade tecnicamente simples, acessível às mulheres, porém trabalhosa. Exige, em primeiro lugar, acordar nas primeiras horas da madrugada para comprar a matéria-prima. Da compra dos frutos até a última venda, as mulheres casadas gastam, em média, 11 horas de trabalho, que somadas às horas dedicadas aos afazeres do lar, totalizam 15 horas diárias de uma jornada de trabalho pontilhada de cansaço. No caso das solteiras, o tempo total de horas trabalhadas é menor, em torno de 12,25¹⁷. Em ambos os casos, superam as horas fixadas em empregos formais, porém são compensadas com ganhos maiores, como veremos.

¹⁵ O termo está sendo usado tanto para as legalmente casadas, como para aquelas que vivem junto com alguém a mais de cinco anos.

¹⁶ São separadas, vivas e solteiras, que não vivem amasiadas e, sozinhas, sustentam a si próprias e aos filhos.

¹⁷ Nove horas em casa e 3,25 horas, em média, dedicadas aos serviços domésticos.

Em termos de produção e renda global, as diferenças são pequenas, mas existem. Porém, quando tomadas em termos de renda média diária, por família, essas diferenças são significativas, como se verá nos próximos itens. Têm-se, a seguir, os dados em termos médios:

TABELA 2: Despesas, produção, receita e lucro médios (julho/2002)*

Mulheres	Custo Médio	Produção (litros)	Receita Média	Lucro Bruto	Receita Média Mensal
Solteiras	68,18	68,25	108,75	40,57	1.217,10
Casadas	56,94	74,25	138,00	36,65	1.099,50

Fonte: Entrevistas, julho de 2002.

(*) Nota: Os preços dos frutos e as vendas de açaí são variáveis. Elas trabalham todos os dias, inclusive domingos e feriados.

Como se observa na Tabela 2, as solteiras faturam uma renda mensal em torno de 6,76 salários mínimos¹⁸. Porém, considerando que algumas delas trabalhavam em fábricas ou lanchonetes ganhando entre R\$ 200,00 e dois salários mínimos – R\$ 360,00, conclui-se que a atividade do açaí lhes proporciona uma renda quase cinco vezes maior que a anterior – 4,35 salários. E para o caso das que exerciam atividades domésticas a renda é, ainda, mais significativa: cerca de 6,76 salários mínimos¹⁹.

Se somente a renda fosse suficiente para elevar uma pessoa de uma posição socioeconômica à outra, poder-se-ia dizer, então, que essas mulheres estão conseguindo passar da classe pobre para a classe média. No entanto, há que considerar que essa renda não é constante, nem uniforme para todos os meses do ano. Algumas chegam até a fechar seus “pontos” nos meses de inverno, quando a matéria-prima torna-se muito cara e não compensa produzir. Por outro lado, elas não produzem apenas para si próprias, pois toda uma família depende delas.

Mas, voltando-se à Tabela 2, constata-se que as mulheres solteiras auferem uma renda que supera em 10% a das casadas, isso em termos globais. De onde vem essa diferença? A primeira vista, seriam levados pelos números a dizer simplesmente que as solteiras compram uma quantidade de matéria-prima superior a das casadas – 8,25 latas contra 7²⁰. Mas, isto seria um engano, uma aparência. É preciso saber por que assim procedem.

Sabe-se que a compra de matéria-prima põe em jogo um volume determinado de capital constante circulante, um volume de dinheiro que precisa estar disponível todo dia, como no caso do açaí. Essa disponibilidade é função direta dos gastos que a produtora tem diretamente com a família. Observando os dois grupos de mulheres, ou melhor, através dos dados sobre o número de familiares

¹⁸ Ao menos no início de safra grande, mas a tendência é caírem os preços de venda do produto final, que podem ou não ser compensados por maiores quantidades vendidas.

¹⁹ Precisamente, dos anteriores ao atual.

²⁰ Como se observa, as quantidades de matéria-prima compradas, por dia, são pequenas, em média, dois sacos de quatro latas por “maquieira”. Há exceções, caso de uma que, nesta época, costuma comprar entre 14 e 20 latas.

que sustentam, encontramos uma pista indicativa: no caso das solteiras, são 2,5 pessoas, em média, a sustentar; e no caso das casadas, 45% a mais, ou seja, 4,5 pessoas. Portanto, produzem menos porque compram uma menor quantidade de matérias-primas por disporem de menor capital de giro.

Todavia, algum especialista poderia objetar dizendo: ora, poderia ser compensado por um melhor preço de venda. Sim, contudo, em 2002, os preços de venda observados encontravam-se praticamente empatados: de R\$ 1,87 à R\$ 1,75, estabilizando-se entre R\$ 1,50 a R\$ 1,00, já que a concorrência é grande e, em geral, nos bairros pobres um ponto é montado em frente ou ao lado do outro. De todo modo, a demanda efetiva tende à inelasticidade, já que o volume de compras é praticamente regular.

Entretanto, se está diante de uma das grandes causas, talvez a principal delas, a atrair as mulheres para essa atividade. Rentável ela é, mas, o que assegura essa rentabilidade? Dado a teoria recorrida, pode-se afirmar com segurança, que é a demanda efetiva. E como se explica essa demanda pelo chamado “vinho de açaí”? Mais uma vez não há dúvida: um hábito arraigado nos costumes amazônicos e, mais precisamente, entre os paraenses de origem interiorana. De fato, nas áreas ribeirinhas e em épocas de safra esse vinho torna-se o mesmo passa a ser base para a alimentação. Trata-se, pois, do hábito de sentir-se alimentado quando o estômago acha-se pleno, no sentido de “cheio”, “pesado”, “farto”. Por isso, o açaí só perde para o consumo da farinha de mandioca.

Como a renda da classe pobre é reduzida, ela é destinada em parte à aquisição de alimentos que produzem essa sensação de plenitude. É ainda por essa razão, que o açaí é tido não como um complemento alimentar, mas como um prato principal, cujos complementos são as proteínas e a farinha de mandioca. Hábitos opostos aos das classes médias e ricas que, além de consumirem pouco açaí, o fazem como sobremesa, em geral, na forma de sorvetes (Nascimento, 1996). É assim, portanto, que a classe pobre garante a renda das pessoas que produzem açaí.

6 A FAMÍLIA E SUAS DETERMINAÇÕES: A DIVISÃO DO TRABALHO

A divisão do trabalho é, segundo Smith (1950), uma força produtiva. Constatou-se esta força atuando no estuário amazônico, quando lá se pesquisou o açaí (Nascimento, Silva, 1990). No município de Gurupá, por exemplo, havia nítida divisão natural do trabalho na família, baseada em sexo e idade. Todos trabalhavam: crianças, jovens, adultos e velhos, homens e mulheres. Aqui, das 17 famílias alvo deste estudo,²¹ em apenas 3 delas – 17,64% – a mulher conta com alguma ajuda dos filhos, enquanto 82,36% confirmam – dentro dos limites da amostra – a quase extinção da divisão natural do trabalho nessas famílias, se é que ela algum dia existiu entre elas.

Essa quase ausência da divisão do trabalho traduz-se num importante indicador de exploração da mulher no seio familiar. E não só exploração por parte dos maridos ou companheiros, mas dos próprios filhos. Quando jovens – isto é, até aos 20 anos –, eles comportam-se hoje como adolescentes da antiga classe média dos anos 1970 e 1980, ou seja, comem biscoitos em frente à televisão ou ouvem sons estridentes, embora com uma grande diferença: eles não estudam ou param de estudar

²¹ Treze famílias iniciais foram objeto do *survey*, sendo que posteriormente outras quatro foram incorporadas ao acaso e por sorteio, a fim de aumentar a amostra para um percentual de 24% em relação às prováveis 70 mulheres que atuam no Ver-O-Peso.

logo nas primeiras séries do Ensino Fundamental. Esta exploração tem raízes encravadas em outros indicadores. Em tais contextos, a discussão de Simonian (2001a) acerca da importância das mulheres nos processos de desenvolvimento em que a sustentabilidade é proposta, buscada e experimentada fica comprometida.

6.1 CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA

Se tomarmos, por exemplo, os dados sobre as profissões atuais e passadas dos maridos e ex-maridos e das mulheres, veremos que se tratam de trabalhadores não qualificados. No caso dos homens, exercem ou exerciam as atividades de carregador, engraxate, soldado, pintor de parede, motorista, sapateiro e biscateiro. Enquanto as mulheres dedicavam-se a estas atividades “do lar”, empregada doméstica, garçonete, balconista, operária de fábrica e feirante. Essa não qualificação se traduz, por sua vez, em salários que oscilam em torno de um mínimo e, mesmo assim, irregular para a maioria dos homens. Esse caráter diminuto do salário, potencializado pela irregularidade, agudizam as necessidades familiares e impelem as mulheres a procurar empregos diversos²² e estratégias, cada vez mais audaciosas, para obter renda e superar o estado de penúria em que vivia a família.

Os próprios salários baixos – apesar de generalizados em todo o Brasil – não deixam de ser explicados, mesmo que em parte, pelo grau de escolaridade. Esse grau reflete-se não só na opção profissional, mas na renda que conseguem auferir. Neste sentido, veja-se a Tabela 3, abaixo:

TABELA 3: Escolaridade média e salários anteriores e atuais de homens e mulheres*

INDICADORES	CASADAS		SOLTEIRAS	
	Marido	Mulher	ex-marido	Mulher
Escolaridade	1	4	1,75	7
Salário Anterior	1SM	195,00	1SM	Nada(*)
Salário Atual	1SM	1.099,50	-	1.217,25

Fonte: Entrevistas realizadas em julho de 2002.

(*) Nota: SM= Salário Mínimo; (*) Apenas uma trabalhava e recebia 2SM.

Daí pode-se concluir que: (1) as mulheres detêm maior grau de escolaridade que os homens; (2) as mulheres hoje solteiras e chefe de família perderam seus maridos na época em que eram “do lar”, com exceção de uma delas que além de trabalhar e ganhar dois salários mínimos sustentava o marido; (3) antes mesmo de trabalhar com açaí, as mulheres auferiam salários superiores aos homens e recebiam salários mensais fixos.

Dados agregados e médias – recursos tão comuns aos economistas – sempre escondem surpresas. As mulheres casadas cursaram séries variando entre a 3ª e a 5ª do fundamental. As solteiras, da 5ª ao 2º grau completo. Os maridos e ex-maridos praticamente estacionaram na 1ª série. Mal sabem assinar o nome, muito menos ler e escrever. E, numericamente falando, esses dados

²² Adequados a seus graus de escolaridade.

parecem indicar uma diferença insignificante em relação ao grupo. Desprezíveis em termos estatísticos. Mas do ponto de vista qualitativo, são altamente relevantes. Não indicam uma pequena diferença de escolaridade entre homens e mulheres, mas um verdadeiro abismo, uma vez que o “não saber ler e escrever” é uma das mais graves limitações dentro da sociedade moderna em que vivemos.

Tais limitações criam uma enorme barreira entre as relações humanas, sejam elas dentro ou fora do lar. As mesmas também implicam quanto à sustentabilidade dos processos de desenvolvimento, pois a educação formal é uma de suas condições *sine qua non* (Franko, 1999). Por conseguinte, o destemor em procurar melhores colocações, a iniciativa em comandar um negócio autônomo e o propósito de mudar as condições de existência dos/as familiares são elementos explicativos quanto ao papel decisivo da mulher na unidade familiar.

É surpreendente descobrir que por trás do econômico, como é o caso, muitas vezes pulsam fatores culturais determinando também uma condição de existência. O próprio fato de lançarem-se como produtoras de “vinho de açaí” para o mercado local, passa a ter uma significação cultural anterior ao econômico, a qual se expressa no grau de escolaridade dessas mulheres que, apesar de baixa, representa para a família uma potencialidade movida por necessidades concretas, que é posta em ação na forma de trabalho e na busca de melhores oportunidades. Por isso é que, quando interrogadas do por que optaram pelo trabalho autônomo, sem patrão e sobre o que é o mesmo, suas respostas revelam essa busca pela superação da miséria e das dificuldades prementes. E assim dizem elas: “porque o salário não dá para sustentar uma família”.

Apesar da predominância de razões econômicas alegadas há, todavia, duas ordens de causas principais: a econômica e a familiar. Neste caso, a quase totalidade delas afirmam que o trabalho com patrão, devido ao fato de exigir o dia inteiro de trabalho, não deixa tempo para “cuidar dos filhos”. Uma minoria acrescenta ainda, como causas, a humilhação em casas de família, a falta de liberdade e a idade avançada²³ como restrições para candidatarem-se a empregos assalariados. Essas duas ordens de causas principais apareceram com grande nitidez nas entrevistas, quando arrolaram os motivos que as levaram a trabalhar com o açaí. E aqui, com exceção do termo “liberdade”, todas responderam: “porque trabalha em casa, ganha mais e tem liberdade”.

Levadas a comparar suas condições de vida atuais com aquelas baseadas no trabalho assalariado anterior, 80% declararam viver melhor agora, enquanto 20% mostraram-se amedrontadas com o peso das responsabilidades²⁴ e/ou saudosistas da época em que “os maridos ajudavam mais”. Todavia, desagregando os grupos de mulheres, as respostas tornam-se interessantes e reveladoras de diferenças significativas. As solteiras, por exemplo, dizem que vivem melhor agora “porque são independentes, decidem o que fazer com o dinheiro e porque têm mais liberdade”. Para as casadas, a vida melhorou porque “entrou mais dinheiro e a casa é melhor”.

6.2 RELAÇÕES INTERPESSOAIS

A totalidade das casadas revelou professar a religião “Evangélica”, de forma que costumam pagar tributo à Igreja – dízimo, 10%. Este fato tem gerado discórdia entre mulheres e maridos. Brigas

²³ Maiores de 50 anos.

que nascem de cobranças, em geral, partindo dos maridos, que reclamam que a esposa pode dar dinheiro ao pastor e não a eles. A mulher, ofendida, brada “aos quatro ventos” que, além de sustentar o marido e a casa, não pode sustentar a bebida, a “vagabundagem” e a “prostituição” do marido. Em resultado, a mulher recolhe-se ainda mais ao aconchego evangélico e ao trabalho. Mas essa é uma questão que precisa ser teorizada, o que deverá ser feito oportunamente, pois envolve questões econômicas, de poder e de sentimentos, demanda dessa maneira uma pesquisa mais específica e complexa.

6.3 DESPESAS E ASPIRAÇÕES

Podemos agregar as despesas em cinco grupos: água e luz, alimentos, vestuário, remédios e telefone. Dentre as solteiras, 75% dispõem desse bem. Nenhuma delas paga aluguel, embora nem todas tenham casa própria. Todas essas despesas são cobertas pela renda advinda da atividade do açaí. Não há renda complementar em nenhum dos casos. Sem dúvida, o nível de vida é bem superior para as solteiras. Duas delas chegam a dispor de plano de saúde, enquanto outra se candidatou à compra de um carro pagando consórcio. Com exceção desta, todas as demais têm por aspiração “terminar a construção da casa” ou “reformatar a casa”, o que neste caso, já revela um nível de vida superior às demais.

Entre as casadas, apenas 25% dispõem de telefone e aspiram “aumentar a casa” ou reformá-la porque está velha. Somente a mais nova do grupo entrevistado aspira bens duráveis de consumo. Dentre as mulheres que vivem da produção de suco de açaí, 40% não pagam água por disporem de poço, mas pagam, em média, R\$ 64,50 de luz. Apenas uma família, em Marituba, alegou receber “bolsa escola” no valor de R\$ 30,00 para duas crianças. Assim, baixa escolaridade, brigas conjugais, filhos indiferentes aos afazeres da mãe, contas a pagar e poucas horas de descanso são os elementos que apontam para a desagregação familiar.

Mas por que a mulher trabalhadora se submete a tais desmandos, se elas dispõem de uma renda bem superior a dos maridos? Não se tem, por ora, material empírico suficiente para responder a essa questão. No entanto, nada impede que se formular, mesmo com os poucos dados disponíveis, pelo menos três hipóteses: sua condição religiosa lhe impõe regras de comportamento; não deseja a separação, o que pode resultar de uma negativa, ou em outra perspectiva, ela deve receber ameaças do marido, no sentido de dividir os bens disponíveis.

7 SÍNTESE E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Os salários baixos e irregulares dos maridos induziram as mulheres a buscar ocupações remuneradas fora do lar. Nessa trajetória de luta pela existência, as mulheres começaram por complementar a renda familiar. Mas, devido à natureza dos empregos conseguidos, a renda, apesar de pequena, passa a ter uma importância decisiva na família por tomar a forma de regularidade²⁵. Essa regularidade foi, gradativamente, transformando a mulher em provedora regular, até ao ponto em que

²⁴ Contas de água e luz muito altas.

o acessório transmutara-se em principal, ou seja, da condição de dependente ela ascendeu à condição de chefe da família.

Nesse percurso de empregos, as mulheres experimentaram também estratégias de sobrevivência. Uma delas, já amplamente utilizada pelo sexo masculino em empregos regulares em Belém, foi a de permanecer algum tempo no emprego, organizar desavenças com os patrões, levá-los à Justiça do trabalho e obter indenizações. Dentre as mulheres solteiras aqui pesquisadas, 60% disseram ter se utilizado esse recurso, contra 50% das casadas. Algumas investiram suas indenizações primeiro em barracas de feira, depois em açaí. Outras passaram diretamente à produção do “vinho de açaí”, como costumam chamar. As demais se apropriaram de meios de produção para trabalhar com açaí através de doações de parentes²⁶. Somente 20% das solteiras conseguiram o “capital” inicial por intermédio do trabalho sem patrão. No entanto, trata-se de mulheres com idade acima de 50 anos. Portanto, difíceis de conseguir empregos com carteira assinada.

A soma obtida através da produção de “vinho de açaí”, no verão, é suficiente para manter a família num nível de vida normal²⁷. Parte dos recursos são consumidos diariamente na compra de alimentos, tendo por isso que substituí-los dia após dia. Por isso as mulheres trabalham de domingo a domingo. Outros bens necessários, como roupas, móveis, calçados e eletrodomésticos duram mais tempo e só exigem substituição em intervalos mais longos. É por isso que a atividade do açaí, apesar de intermitente para muitas, ou ainda, apesar de só ser rentável no verão, permite um razoável nível de vida para essas trabalhadoras se comparada às suas condições anteriores. Mas, é preciso ter em mente que, seja como for que distribuam os seus gastos durante o ano, a soma dessas despesas deve ser coberta pela receita média diária obtida na atividade do açaí.

A considerar-se uma renda de R\$ 1.099,50 em 2002, e uma média de 4,5 pessoas por família, pode-se concluir que a atividade das mulheres casadas, no açaí, garante uma receita média diária em torno de R\$ 8,00 por pessoa da família, portanto, muito acima da média obtida a partir de um salário mínimo – R\$ 6,66. Todavia, há de se levar em conta que isso só ocorre na época da grande safra do açaí no verão – julho a dezembro. No inverno, a situação é completamente diferente. Esse fato aponta, também, para uma irregularidade na renda de algumas mulheres, de no mínimo quatro meses ao ano. No caso das solteiras, o que faz diferença é a receita média diária por pessoa, devido ao tamanho médio da família – 2,5 pessoas. Assim, essa renda chega ser o dobro em relação às casadas – R\$ 16,23 –, já que a renda pessoal mensal gira em torno de R\$ 486,84, contra R\$ 244,33 na família das casadas. Tal diferença reflete-se no consumo de serviços e bens próprios da classe média, como planos de saúde e consórcio de carro.

A examinar-se a família através de indicadores como escolaridade, profissão, salário, divisão do trabalho, religião e comportamento, chega-se a esta síntese de resultados: as mulheres apresentam maior grau de escolaridade que os homens. Antes mesmo de trabalhar com açaí, as mulheres ganhavam mais que seus maridos ou ex-maridos. Há pouca divisão natural do trabalho na família. A

²⁵ Tipo “o pouco certo”.

²⁶ Mãe, filhos casados ou cunhados.

²⁷ Em relação a julho de 2002, estimou-se uma renda de R\$ 1.099,50 para as casadas. Todavia, elas sustentavam a casa, o marido, os filhos e a si próprias.

mulher trabalha, praticamente, três turnos de 4,54 horas. As casadas professam o protestantismo como religião, são submissas aos desmandos do marido e sustentam a família e a igreja. As solteiras são católicas e na época da separação não trabalhavam “fora”. Hoje, sustentam uma média de 2,5 pessoas, com receita média diária por pessoa que é o dobro da receita dos familiares das casadas. Além do mais, esboçam os primeiros sinais de um comportamento econômico que opta pela poupança, embora seu destino seja, ainda, o consumo de bens duráveis.

A primeira e grande observação que daí se extrai é o fato de que a chamada emancipação da mulher é, para o grupo das casadas, inexistente, uma vez que houve apenas inversão dos papéis. Ou mais precisamente, não apenas inversão, porque a mulher, como “operária do lar”, sempre contribuiu com seu trabalho para o bem-estar da família, mas inversão e exploração pura e simples. E não só por parte do marido ou do companheiro, mas dos próprios filhos, pois a ausência da divisão do trabalho em 82,36% dos casos é reveladora do peso de sua jornada de trabalho. Portanto, nesta classe de mulheres quem se apropriou dos benefícios da luta histórica pela emancipação das mulheres foram os maridos e os filhos, enquanto que a mulher não se libertou, mas praticamente “escravizou-se” ainda mais. É “escrava” do trabalho, do marido, dos filhos, da casa e da religião dizimista.

A segunda observação é a de que a atividade que exercem representa uma espécie de “prolongamento” das atividades familiares. Dentre as casadas, 100% batem açaí em pontos adendos às suas casas, geralmente na frente, para evidenciar essa atividade aos consumidores. O mesmo acontece com 75% das solteiras. No entanto, 25% delas preferem trabalhar em boxes, nas feiras, separando, assim, o ponto – como unidade de produção econômica e geradora de renda – do lar – enquanto unidade de consumo pessoal.

8 COMENTÁRIOS E CONCLUSÕES

O trabalho assalariado tem sido a primeira opção das mulheres ao deixarem seus afazeres “do lar” para complementar a renda familiar e/ou para obtê-la simplesmente. Mas, logo de início, o assalariamento revela, para a maioria delas, uma realidade constrangedora. Quando em casas de família, por exemplo, trabalham o dia inteiro, sem descanso intercalar, para receber um salário que cobre apenas o limite mínimo imposto pela fisiologia humana e, assim mesmo, de uma única pessoa e não de uma família inteira.

Isto significa dizer que o salário mínimo, no Brasil, acha-se no patamar mínimo da existência individual. Portanto, incapaz de assegurar a reprodução da família. Em outras palavras, já não mais interessa ao sistema capitalista que os operários se reproduzam para serem mais tarde substituídos pelos seus filhos. O modo em que o capitalismo mostra ou evidencia o seu desinteresse por alguma mercadoria tem sido sempre a depreciação do preço dessa mercadoria. É este desestímulo que os preços de uma mercadoria indicam, quando são reduzidos ao máximo – achatados –, como é o caso do salário mínimo, que é o preço da mercadoria força-de-trabalho não qualificada. Sim, redução máxima, posto que se sabe, teoricamente, que os custos de produção da força-de-trabalho incluem três itens: (1) a existência imediata do trabalhador, (2) a sua reprodução e (3) a sua formação.

Note-se que quando a formação profissional tende para zero, os itens de custo da força-de-trabalho se reduzem à existência e à reprodução. Mas, no Brasil, o salário mínimo inclui apenas o custo de existência imediata, que se expressa numa receita média diária de R\$ 6,66, equivalendo a U\$2,28, a preços de 24 de julho de 2002. Esses dois dólares se destinam à aquisição de meios de subsistência no limite mínimo para que uma pessoa possa continuar vivendo. Um mínimo onde ela deve vegetar e atrofiar-se sem direito a remédios e higiene.

A realidade dos baixos salários no Brasil tem levado mulheres das classes pobres e médias ao mercado de trabalho, isto porque os maridos não mais conseguem sustentar suas famílias. O que é verdadeiro tanto para os trabalhadores não qualificados, como para os qualificados, uma vez que estes ganham x quantidades de salários mínimos²⁸. Assim, está superada a época em que o pai de família era o provedor solitário da casa e a mãe a administradora das finanças e afazeres domésticos que educava os filhos, de modo que todos dependiam da renda do marido/pai. Hoje, todos são levados a procurar trabalho numa economia que não oferece empregos suficientes aos que estão em idade e precisam trabalhar.

O exército de desempregados multiplica-se aos milhões e, assim, cria-se em torno das atividades produtivas formais e mais desenvolvidas um enorme mercado informal nas grandes e médias cidades. Nestas, por sua vez, os excluídos do sistema ou do assalariamento organizam, autonomamente, uma ingente diversidade de serviços, vendas e atividades produtivas que lhes garante sobreviver em condições um pouco acima daquelas impostas pelo salário mínimo. É o que acontece com as mulheres objeto deste estudo.

Essas pequenas, porém, “melhores condições” se revelam de duas formas. Primeiro, através da superioridade de suas receitas médias diárias por membro familiar, em relação ao salário mínimo: U\$2,79 dólares para a família integral; U\$5,56 para a família dirigida só por mulheres; e U\$2,28 dólares para quem vive de salário mínimo. Segundo, essa melhoria de condições se expressa também na natureza da atividade produtiva escolhida que, ao mesmo tempo, atende ao consumo alimentar diário da família e garante uma renda monetária pela venda do produto.

Essa renda monetária, além de representar uma entrada diária, dá à família a capacidade de tornar-se demanda efetiva para outros meios de subsistência disponíveis no mercado. Desse modo, as mulheres garantem, acima de tudo, alimentos diários para suas famílias e, além do mais, dentro dos padrões tradicionais dos hábitos paraenses, particularmente das famílias interioranas, cujos membros habituaram-se, segundo Nascimento (2000, p. 18), “[...] desde a infância carente no interior, a consumir pirão de açaí como refeição principal, não importando se trata-se do almoço ou do jantar ou se o acompanhamento é peixe, camarão ou charque”. Para esses “viciados” em açaí, há sim uma inversão: a proteína passa a ser o acompanhamento e o açaí o prato principal.

Conseqüentemente, o “vinho de açaí” é indispensável na mesa dessas pessoas. Para essas famílias, cujas mães produzem açaí, a vantagem é ainda maior, pois consomem o produto a preço de custo – e não a preço de mercado – e o consomem em quantidades que as satisfaz. Para essa fração de paraenses, estar bem alimentado é sentir-se pleno, no sentido de “cheio”, “abarroto”, com a

²⁸ Por exemplo, 10, 15, 20 ou mais.

sensação de “estômago pesado”. E o açaí, devido à gordura que contém, produz essa sensação de “plenamente abastecido”. É mais por razão de preços que o açaí perde para o consumo da farinha de mandioca, pelo menos nos locais onde há produção regular e venda de açaí.

Assim, essas famílias resolvem suas necessidades de uma só vez: produzem o alimento principal e preferido, e ainda garantem uma renda monetária. Com isto elas não mostram nenhuma intenção de voltar ao trabalho com patrão: “Pra quê? [dizem elas]. O salário não dá para sustentar uma família”. Eis a razão principal de enfileirarem-se no mercado informal, pois dessa forma elas podem “cuidar dos filhos” sem abrir mão de uma renda absolutamente necessária para a existência e a reprodução familiar. Assim, a atividade do açaí não é apenas uma opção pelo trabalho informal sem patrão. Nos discursos dessas mulheres, trabalhar com açaí é a “melhor opção” nesse mercado, aquela que lhes abre, simultaneamente, três portas: “[1] porque trabalha em casa, [2] ganha mais e [3] tem liberdade”.

Discurso que revela o apego e a luta da mulher em conservar a família, mesmo que, para isso, seja levada a trabalhar de 12 às 15 horas diárias, ou que seja levada a buscar apoio numa igreja que lhe impõe um tributo fixo de 10% de sua renda mensal. Luta inglória frente aos desmandos dos maridos e à falta de colaboração dos filhos. Luta por uma instituição que lhe é cara e, ao que parece, só a ela interessa defender e manter. Luta contra a correnteza das águas capitalistas da produção, que por já não mais precisar da família da forma tradicional em que ela se organizava, impõe salários desagregadores para atender a manutenção da vida e a reprodução dessas famílias.

Luta que, no estado do Pará, encontra refúgio na atividade do açaí. Há tempos ela tornara-se o reduto favorito dos chefes de família, homens e mulheres, que não encontram emprego nas atividades formais, quer privadas, quer estatais. Primeiro, por carência de indústrias no Estado; segundo, por não preencherem aos requisitos de escolaridade e/ou porque o Estado vem reduzindo seus gastos com pessoal, não podendo despender mais que 60% de seu orçamento com mão de obra. Ou ainda, porque a admissão de empregados estatais, mesmo os sazonais ou contratados, passou a ser um negócio eleitoral, que depende de indicações de políticos alinhados ao poder executivo estadual.

Do exposto conclui-se que, para o caso das chefas de família solteiras, fica comprovada a hipótese que norteou o nosso estudo. Mas, para o caso das casadas, acrescenta-se que o papel de empreendedoras representa uma forma de luta para deter o processo de desagregação familiar. Conclui-se, ainda, que tanto o tema quanto o problema estudados são relevantes à pesquisa científica, mas necessitam ser investigados à base de uma amostragem mais abrangente, a fim de que se possa generalizar os resultados, coisa absolutamente impossível ao nível da amostragem utilizada.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

EDWARDS, E. Beyond the boundary: a consideration of the expressive in photography and anthropology. In: BANKS, M.; MORPHY, H. *Rethinking visual anthropology*. New Haven: Yale University Press, 1997. p. 53-80.

ENGELS, F. Prefácio à primeira edição alemã da obra Miséria da Filosofia. In: MARX, K. *Miséria da filosofia*. Lisboa: Editorial Estampa, 1978. 235 p. (Coleção Biblioteca do Socialismo Científico).

FRANKO, P. M. Education policy: investing in people's future. In: *The puzzle of Latin American economic development*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 1999. p. 373-400.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Livro 1, vol. 1.

_____. *Miséria da filosofia*. Lisboa: Editorial Estampa, 1978. 235 p. (Coleção Biblioteca do Socialismo Científico).

MARX, K.; ENGELS, F. Trabalho assalariado e capital. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Textos*, v. III. São Paulo: Edições Sociais, [s. d.]. 381 p.

NASCIMENTO, M. J. M. *Açaí: industrialização e transformações setoriais*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade federal do Pará, 2001. Relatório de Pesquisa.

_____. Açaí, a fotossíntese do lucro. *Papers do NAEA*, Belém, n. 149, 19 p., 2000.

_____. *Frutos de açaí e mercado informal*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará, 1996. 81 p.

_____. *Mercado e comercialização de frutos de açaí*. Tomo III. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal do Pará, 1992. 104 p. Relatório de Pesquisa.

_____. *Acumulação capitalista e opressão camponesa na Amazônia: a unidade da diversidade (sul do Pará)*. Belém, 1983. 403 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - NAEA/UFPA/PLADES.

NASCIMENTO, M. J. M.; SILVA, M. G. *Comercialização do palmito e açaí nos municípios de Belém e Gurupá e estruturação de uma organização comercial*. Belém (PA): Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal do Pará, 1990. 75 p. Projeto de Pesquisa.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-36, 1996.

RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 284 p.

SAMUELSON, P. A. *Fundamentos de análise econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 376 p.

SIMONIAN, L. T. L. *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará, 2001a. 270 p. Ilustrado.

_____. Sobre la familia en la frontera Amazónica: idealizaciones, contradicciones y tendencias actuales. *Papers do NAEA*, Belém, n. 158, 30 p., 2001b. (ISSN 1516-9111).

SMITH, A. *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1776] 1950. 823 p.